

A identidade em tempo de crise. A perda de soberania dos estados, os apelos ao patriotismo e a incerteza do futuro

VÍTOR DE SOUSA

vitordesousa@gmail.com
Universidade do Minho (Braga, Portugal)

Resumo

A crise tende para a naturalização na vida social o que se precipitou com a falência da visão do mundo como uno, por via do incremento da velocidade e da subversão do conceito de tempo e a consequente fragmentação (Martins, 2011). Uma mudança que se alastrou ao plano identitário através da ruína dos referentes que davam aos indivíduos estabilidade no mundo social (Hall, 1992). A disseminação da globalização, encurtou as distâncias, muito embora sublinhasse as assimetrias. Não obstante, o Ocidente está a perder protagonismo (Huntington, 1996; Morris, 2010), e os estados dos países mais vulneráveis, em perda progressiva de soberania, vão apelando ao patriotismo, numa atitude que contrasta com o curso dos acontecimentos. A crise venceu a incerteza sobre o futuro, bem como consolidou a ideia de apocalipse, condicionando a ideia de 'esperança'.

Palavras-Chave: Identidade; crise; globalização; fragmentação; Estado

AS VÁRIAS FACES DA CRISE

O conceito de crise, cuja etimologia da palavra é apontada por qualquer dicionário como estando ligada a um 'momento de decisão', de 'mudança súbita', ou a um momento 'decisivo e difícil', tende a naturalizar-se na vida social. O conceito ganhou lastro quando foi posta em causa a ideia de unidade aristotélica, nomeadamente com a descontinuidade do conceito de tempo. As sociedades contemporâneas têm vindo a distanciar-se da lógica da unidade e da linearidade que determinava a existência de uma "ordem", para passarem a pautar-se pela incerteza, pela flexibilidade e pela fragmentação: "As redes globais da informação, propulsadas pelas tecnologias da informação, aceleraram o tempo histórico e mobilizaram a época, total e infinitamente, criando o mercado global" (Martins, 2014).

Uma qualquer referência à "crise" implica, por conseguinte, a utilização da palavra no plural. Há "crises" e não apenas uma única crise. Na área da Medicina, por exemplo, a crise refere-se à perspectiva de cura ou de morte de uma qualquer enfermidade, enquanto na Economia é balizada entre a prosperidade e a depressão. Se bem que o sublinhado da crise seja feito, na atualidade, como consequência da falência do capitalismo, coincidindo com a queda de um dos pilares da civilização contemporânea, a sua amplitude vai muito para além da lógica financeira, desemboçando em problemáticas ligadas à identidade cultural, um termo ainda mais problemático do que a própria ideia de crise.

Para Moisés de Lemos Martins (2011), o ocidente foi feito sob a égide da cultura da unidade, em que o pensamento daí decorrente se contraporía ao pensamento da multiplicidade, determinando que a metafísica da unidade fosse escatológica. Na época dos Descobrimentos, por exemplo, que correspondeu a uma ‘fase germinal’ da globalização (Robertson, 1997), foi seguida a lógica de uma verdade única, com um propósito voltado para o futuro, e em que a história assentava numa génese e num apocalipse. Essa definição clássica, determinada pela existência da totalidade de um caminho – incluindo um princípio, um meio, e um fim (que pressupunha um Deus criador) -, foi posta em causa, transformando-se em separação, fazendo com que se valorizasse não o propósito nem a perspectiva, mas o presente, verificando-se, por conseguinte, a deslocação do futuro para o quotidiano (Martins, 2011: 17-21). Trata-se de uma lógica mobilizada para o presente, para a emoção, em que se refaz a ordem, sem que se torne necessário recompor a desordem, o que significa que existe uma crise sem retorno, como dá conta Moisés de Lemos Martins no livro “Crise no castelo da cultura” (2011).

Segundo Claude Dubar, o que entrou em crise desde o final do século XIX e que se prolongou até 1973, com um sublinhado de prosperidade a acontecer desde 1945, “foram as maneiras de pensar, de dizer e de fazer do que se denomina por primeira modernidade”, que coincidiu com o progresso, com a emergência dos estados nacionais e do estado social, em que o paradigma dessa modernidade em crise era “o indivíduo abstracto” (Dubar, 2010: 179). Desde os anos 60 do século XX que se vive numa era que Robertson (1997) apelida da ‘incerteza’, por via do desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação, com o conseqüente incremento da velocidade e da alteração do conceito de tempo.

IDENTIDADES

José Mattoso (2008) propõe algumas pistas explicativas para a atribuição de significado e de valor ao conceito de identidade, introduzindo-lhe as dimensões geográficas, políticas e sociais. É, no entanto, no campo da Sociologia que a definição mais comum de identidade é mais contestada, nomeadamente no que se refere ao aspeto relativo àquilo que é idêntico e permanece, numa continuidade que se não descaracteriza ao longo do tempo. Tudo por causa do facto de a identidade se não cingir “à mesmidade-continuidade, sem dar conta da sua dimensão relacional, estratégica e de poder” (Ribeiro, 2011: 33).

A fragmentação resultante da descontinuidade temporal repercutiu-se sobre o plano identitário, sublinhando, como refere Stuart Hall (2005 [1992]), uma “crise de identidade” que integra um processo mais amplo de mudança, que abalou os quadros de referência que davam aos indivíduos estabilidade no mundo social. Da identidade tida como ‘definitiva’, passou-se à constatação de identidade não tipificada, o que levou ao questionamento das ideias preconcebidas sobre a noção de si próprio, sobre o outro e sobre o mundo (Dubar, 2010), numa rotura de escala cultural, domínio onde a crise de paradigmas se desenvolve.

A referida fragmentação determinou que os padrões culturais também se alterassem, como salienta Stuart Hall para quem “a cultura não é uma ‘arqueologia’”, mas sim “uma produção” já que “tem a sua matéria-prima, os seus recursos, o seu ‘trabalho produtivo’” (Hall, 2003 [1999]: 44). Para além disso, a globalização vem “desenredando e subvertendo cada vez mais seus próprios modelos culturais herdados essencializantes e homogeneizantes”, deitando por terra as verdades tidas por absolutas decorrentes do “Iluminismo” ocidental (Hall, 2003 [1999]: 44).

Claude Dubar refere ser necessário colocar em confronto dois discursos aparentemente opostos e inconciliáveis, mesmo que a sua proveniência seja coincidente: um sobre a crise atual, “uma crise ordinária, econômica e cíclica”, e outro, sobre a crise na qual estamos mergulhados há muito tempo (“uma crise global, extraordinária, histórica e rara” (Dubar, 2011: 176-176). Mas será que ambas as crises implicam estar a falar-se da mesma coisa? Como refere, Edgar Morin, para compreender o que se passa e o que vai acontecer no mundo, “é preciso ser sensível à ambiguidade”, conceito que diz traduzir-se na ideia de uma realidade, indivíduo ou sociedade “se apresentar na forma de duas verdades diferentes ou opostas, ou de revestir duas faces, sem que se saiba qual delas é verdadeira” (Morin, 2011 [2010]: 11). Embora defenda ser necessário estar sensível às contradições, sublinha haver que obviá-las através da razão, eliminando eventuais equívocos, pelo que se torna necessário “assumir e ultrapassar as contradições” (Morin, 2011 [2010]: 13). Não obstante, destaca uma dificuldade acrescida que está relacionada com a fragmentação das disciplinas o que “inviabiliza a apreensão da complexidade”.

AS IDENTIDADES EM CRISE

Alain Touraine refere-se ao facto de uma crise como a atual separar a economia do resto da sociedade, assinalando que “a vida social é não só posta à margem, mas transformada pela crise, ao ponto de até suscitar medos e revoltas contra as instituições” (Touraine, 2012 [2010]: 12). Para além disso, “a crise acelera a tendência a longo prazo para a separação do sistema económico, incluindo a sua dimensão militar, e dos actores sociais”, também eles fustigados pela crise que os transforma em desempregados, excluídos ou aforradores arruinados, “todos incapazes de reagir politicamente, o que explica o silêncio actual das vítimas da crise ou a sua exclusão social (Touraine, 2012 [2010]: 12).

Claude Dubar sublinha que a crise não se deve, apenas, à passagem de um momento do ciclo económico a outro, mas tem que ver com as novas maneiras de viver em conjunto no mundo “as quais não sejam mais simplesmente guiadas pelas instituições, mas também construídas pelas interações criativas de militantes e vítimas de crises, em torno das questões de reconhecimento mútuo”, que coloca em evidência “as ideias preconcebidas sobre o outro, sobre si e sobre o mundo”, o que equivale a dizer que a crise é, simultaneamente, de longa duração “na qual está em jogo uma civilização nova e uma sucessão de crises económicas ordinárias” (Dubar, 2011: 184).

Stuart Hall (2005 [1992]) avança com três concepções de identidade: a do Iluminismo, centrada no indivíduo; a do sujeito sociológico, traduzida na crescente complexidade do mundo moderno, na interação do indivíduo com a sociedade; e a identidade do sujeito pós-moderno, que encerra a fragmentação do sujeito e as suas várias identidades, que não são permanentes nem fixas.

A PERDA DE SOBERANIA DOS ESTADOS E OS APELOS AO PATRIOTISMO

Tal como observa Stefan Berger, tendo por base a ideia de que a segunda metade do século XX foi testemunha de movimentos de sentido pós-nacionalista, as historiografias e a escrita histórica permanecem firmemente estruturadas ao longo das linhas nacionais. Se alguém se referir ao revivalismo do paradigma nacional na Europa ou ao surgimento de uma narrativa pós-clássica nacional após 1989, “as histórias nacionais ainda formam a maior parte do que os historiadores escrevem sobre a atualidade e que tem uma relevância mais ampla para além dos limites da academia” (Berger, 2006: 3). A europeização e a globalização questionam o sentido das narrativas puramente nacionais, mas os mesmos processos também têm causado uma reação defensiva para muitas pessoas que se apegam às “suas” narrativas nacionais, na esperança de combaterem os efeitos de tais tendências. Isso é mais visível nos movimentos radicais de direita em toda a Europa, que “estão a tentar instrumentalizar as versões das histórias tradicionais e familiares nacionais para reforçar as suas aspirações políticas” (Berger, 2006: 3). No entanto, não é só a direita radical que utiliza a história nacional na busca de objetivos políticos e de apoio, com os partidos de centro-direita e de centro-esquerda tradicionais a também fazerem uso de passados nacionais.

Philippe C. Schmitter constata que no atual cenário de crise há uma combinação de fatores que poderá levar a uma nova ressurreição do neocorporativismo, “provavelmente ao nível sectorial e especialmente em países europeus de pequena dimensão, relativamente homogêneos e internacionalmente vulneráveis” (Schmitter, 2013: 291). Com a atual recessão a poder tornar-se numa depressão longa, “com o desemprego a atingir os níveis da década de 30 e com a produção global a demorar mais de uma década a recuperar”, recorda que este foi o contexto no qual as experiências iniciais com negociações macrocorporativistas foram levadas a cabo de forma voluntária, citando os casos da Dinamarca, da Noruega, da Suíça e da Suécia. Não obstante, refere ser importante não esquecer que este foi o mesmo contexto em que estruturas corporativistas estatais “foram impostas sobre a totalidade do sistema de intermediação de interesses por parte de regimes autoritários”, como nos casos de Itália, de Portugal, de Espanha (Schmitter, 2013: 291).

Segundo Igor Primoratz (2009), no artigo sobre patriotismo que assina na Enciclopédia de Filosofia *online* da Universidade de Stanford, o termo é definido através de quatro dimensões: i) sentimento especial pelo país; ii) identificação pessoal com o país; iii) preocupação com o bem-estar do país; e iv) capacidade de sacrifício para promover o bem do país. Ou seja: não basta dizer-se que se ama o país

(conceito mais comum) para se ser considerado um patriota. Já Eduardo Lourenço refere que, “como todo o verdadeiro amor, o patriotismo é, por assim dizer, ‘silencioso’. Silencioso, mas activo. A devoção ao bem comum que nele se incarna só os actos que exteriorizam lhe conferem conteúdo e significado” (Lourenço, 1989: 4), pelo que defende tratar-se de um sentimento em princípio positivo, ao contrário do nacionalismo, visto geralmente como uma forma exacerbada de patriotismo e com efeitos perversos como a xenofobia.

Desde o momento em que iniciou funções, em 2011, o Governo português decidiu avançar com a reformulação da imagem do executivo, uniformizando-a através de um processo de identidade lançado em novembro desse ano. No *briefing* que lhe deu origem, escreve-se que a imagem do Governo de Portugal “assume as cores e os símbolos nacionais; representa um país e as suas instituições, e não um governo em particular permitindo por isso o prolongamento da sua utilização”. O que significa tratar-se de uma “arquitetura de marca monolítica onde o protagonismo é sempre dado ao Governo de Portugal e a construção das sub-marcas é feita através da extensão do emissor da comunicação à base comum - Governo de Portugal”¹. De forma contrastante com o ciclo político atual, em que Portugal se encontra sob assistência financeira externa, o que se observa é o apelo generalizado ao patriotismo², com os responsáveis políticos, transversalmente, a salientarem que o povo português precisa que as políticas a seguir sejam patrióticas. A isso não será alheio o facto de a maior parte dos membros do Governo exibirem o *pin* da bandeira portuguesa na lapela dos seus casacos.

Mas, o fim das grandes narrativas, apanágio da pós-modernidade, provocou algumas clivagens decorrentes da rotura de escala devido queda dos paradigmas anteriormente aceites. José Gil, por exemplo, fala da falta de presente, no caso concreto dos portugueses, que estão “a tornar-se os fantasmas de si mesmos, à procura de reaver a pura vida biológica ameaçada, de que se ausentou toda a dimensão espiritual”. Culpa o atual Governo por esse estado de coisas, que acusa de “[nos] transforma[r] em espantalhos (...) desapropriar-nos do nosso poder de ação” (Gil, 2012a: 20). O filósofo refere-se a Portugal como “um país desconhecido” em que, “por baixo da informação tangível, dos números e das estatísticas, correm fluxos de acontecimentos inqualificáveis e que, no entanto, condicionam a nossa vida” (Gil, 2012b: S/P). Debruçando-se, especificamente sobre a “Crise e a identidade”, Gil refere que “o debate sobre a perda da soberania provocada pela crise resume-se à afirmação

¹ Informação constante no dossiê “Breve descrição do processo Identidade Governo de Portugal”, datado de novembro 2011, por nós solicitado aos serviços da Presidência do Conselho de Ministros e que nos foi remetido em versão digital, via e-mail.

² No texto “‘Reconstrução nacional’ e ‘patriotismo’, a propósito do congresso do PSD”, a historiadora Irene Pimentel faz uma referência a alegados tiques fascistas decorrentes da terminologia utilizada pelo líder do PSD, Passos Coelho, primeiro-ministro português [Informação disponível em <http://jugular.blogs.sapo.pt/3189195.html>, acedida em 25/3/2012]; Francisco Louçã, ex-líder do Bloco de Esquerda, referia-se à perda de soberania devido à assistência financeira externa, acuando a ‘troika’ de agiotagem [Informação disponível em http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content_id=2877753&page=-1, acesso em 10.11.2012]; O PCP, através do seu líder, Jerónimo de Sousa, defendia uma convergência para um “governo patriótico e de esquerda” [Informação disponível em <http://vermelhos.net/index.php/pais/1280-jeronimo-de-sousa-defende-convergencia-para-governo-patriotico-e-de-esquerda>, acesso em 9.2.2012].

do possível ‘desaparecimento’ de Portugal”, culpando o Governo por ter transformado o português num “homem mínimo”, que se fechou no seu “eu”, que considera o “último reduto ilusório da sua identidade” (Gil, 2013: 38). Manuel Maria Carrilho, no texto intitulado “Nunca é possível salvar aquilo que se destruiu”, defende que se vive “atordoado por uma crise cuja natureza e amplitude não [se] quis prever e não [se] soube compreender. E que, agora, não [se] vislumbra como [se] há-de superar”. Observa que “mais do que de um ‘roubo do presente’”, como refere José Gil, “é de uma condenação ao presente que na verdade se trata”, que pode colocar em causa o pluralismo (Carrilho, 2013: 10). Boaventura Sousa Santos refere-se à democracia portuguesa como estando “basicamente suspensa” assemelhando-se o momento atual “à luta antifascista” (Nova, 2013: S/P).

A INCERTEZA DO FUTURO

Gilles Lipovetsky é de opinião que, “mais do que uma crise de valores, vivemos um problema de inteligência”³, enquanto Zygmunt Bauman observa que, enquanto o poder se globaliza, a política permanece local, sendo que o carácter especial da atual crise reside neste “divórcio” (Fernandes, 2013: 5). Defende estarmos unidos “no desentendimento, mas ainda é um protesto emocional a que falta um pensamento e um propósito minimamente consensual”, embora isso não signifique tratar-se do “fim do mundo”, uma vez que “ainda não chegamos ao ponto de não retorno”. Há, no entanto, “um velho mundo a morrer, e o novo ainda não nasceu” (Belanciano, 2013: 9). Immanuel Wallerstein segue no mesmo trilho de Bauman, salientando que a saída para a crise não está para breve, sendo necessário criar uma alternativa política para criar um novo “sistema-mundo”, que não se sabe qual é (Gaspar, 2013: 30).

Mesmo que a expectativa seja a de que, depois de se bater no fundo, haver sempre a esperança de se poder subir, a existência ou não dessa “esperança” é que pode fazer toda a diferença, já que a rotura de paradigmas, mobilizando a vida para o presente, faz do futuro um verdadeiro enigma. E a confusão começa, desde logo, a partir do que Edgar Morin refere ser a existência de uma ética da compreensão que, desde logo, nos pede se compreenda a própria incompreensão: “A incerteza é o nosso fado, não só na acção como no conhecimento” (Morin, 2011 [2010]: 15). Sendo que a condição humana está marcada por duas grandes incertezas: a cognitiva e a histórica, “quando se registam tantas interações e interferências não é possível “ter uma certeza absoluta” (*idem*, 16), ainda por cima, quando “o provável é catastrófico” (*idem*, 20).

Uma vez que “o futuro nunca está antecipadamente jogado”, Edgar Morin defende a ideia de que “talvez tenhamos chegado a um momento de rotura” (Morin, 2011 [2010]: 21), até porque “um primeiro desvio do curso das coisas torna-se uma tendência e, depois, uma força histórica” (*idem*, 22). É contrário, no entanto, à resignação, não obstante evidenciar que “a estratégia [se deva opor] ao programa”,

3 Informação disponível em http://www.jn.pt/multimedia/video.aspx?content_id=3165966. Acesso em 15.4.2013..

acreditando “numa política regenerada”. E, mesmo tendo presente que ser realista significa ser utópico, sublinha que “é preciso agir” (Morin, 2011 [2010]: 23-25).

A partir da ideia de que uma crise económica consiste na rotura de um sistema económico e social, Alain Touraine defende que a resposta que pode ser dada assenta na “reconstrução das relações entre os atores económicos, a formulação dos seus valores comuns e novas intervenções públicas” (Touraine, 2010: 175). Nesse sentido, observa estar na altura de reconhecer que uma crise “é muito mais do que uma avaria” e que é o estado geral da vida social que contribui, quer para o seu agravamento, quer para a reconstrução da vida social e económica, o que sublinha o papel da própria democracia: “conquistadas as liberdades, há que defendê-las”, muito embora advogue a criação de um movimento que “volte a dar vida ao mundo político ao mesmo tempo que o controla” (*idem, ibidem*).

REFERÊNCIAS

- Belanciano, V. (2013). A Europa à procura da sua Primavera. *Público*, 5/4/2013, 5-9.
- Berger, S. (2006). National Historiographies in Transnational perspective: Europe in the Nineteenth and Twentieth Centuries. *Storia della Storiografia*, 50 3-26.
- Carrilho, M. M. (2013). Que Valores para 2013?, Ensaio (8), Sem Bússola, no divino Mercado. *Público*, 9/1/2013, 10-11.
- Dubar, C. (2011). Entre crise global e crises ordinárias: a crise das identidades. *PLURAL*, Revista do Programa de PósGraduação em Sociologia da USP, 18.1, 175-184.
- Fernandes, J.A. (2013). Crises políticas avançam na Europa: chegou a vez da França. *Público*, 14/4/2013, 5.
- Gaspar, M. (2013) O futuro da crise é a crise do futuro. *Público* (2), 17/3/2013, 30-33.
- Gil, J. (2013). Crise e identidade. *Visão*, 19/12/2013, 38.
- Gil, J. (2012a). O roubo do presente. *Visão*, 20/12/2012, 20.
- Gil, J. (2012b). ‘vazio das não-notícias. *Público*, 5/3/2012. Disponível em <http://www.publico.pt/media/noticia/editorial-o-vazio-das-naonoticias-1536364>. Acesso em 5.3.2012.
- Hall, S. (2005) [1992]. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hall, S. (2003). Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior). In L. Sovik (org), *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais* (pp. 25-50). Belo Horizonte: Editora UFMG/Brasília: Representação da Unesco no Brasil.
- Lourenço, E. (1989). Patriotismo e Nacionalismo. In Instituto de Defesa Nacional, *Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual* (pp. 1- 9). Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Martins, M.de L. (2014). *Língua Portuguesa, Globalização e Lusofonia*, (aprazado para abril de 2014, no II CONFIBERCOM, a realizar na Universidade do Minho, em Braga).
- Martins, M. de L. (2011). *Crise no castelo da cultura*. Coimbra: Grácio Editor/CECS-UMinho.

- Mattoso, J. (2008). *A Identidade Nacional*. Lisboa: Fundação Mário Soares/Gradiva.
- Morin, E. (2011) [2010]. Compreender o mundo que aí vem. In E. Morin & P. Viveret, *Como viver em tempo de crise?*. Lisboa: INCM.
- Nova, R. (2013). Portugal tem a democracia 'basicamente suspensa', diz Boaventura de Sousa Santos. *Público*, 11/5/2013 Disponível em <http://www.publico.pt/politica/noticia/portugal-tem-a-democracia-basicamente-suspensa-defende-boaventura-de-sousa-santos-1594099>. Acesso em 11.5.2013.
- Primoratz, I. (2009) Patriotism. In E. N. Zalta (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2009 Edition)*. Disponível em <http://plato.stanford.edu/archives/sum2009/entries/patriotism>. Acesso em 10.3.2013.
- Ribeiro, R. (2011). *A Europa na Identidade Nacional*. Porto: Afrontamento.
- Robertson, R. (1997). Mapping the Global Condition. In A. Sreberny-Mohammadi *et al.*, *Media in Global Context, A Reader* (pp. 2-10). Londres: Arnold.
- Schmitter, P. C. (2013). Poderá a actual crise ressuscitar o Sísifo neocorporativista?. In C. Gaspar; F. Patriarca & L. S. Maros, *Estado, Regimes e Revoluções. Estudos em homenagem a Manuel de Lucena* (pp. 283-294). Lisboa: ICS.
- Touraine, A. (2010). *Depois da Crise*. Lisboa: Instituto Piaget.

OUTRAS REFERÊNCIAS

<http://www.dn.pt>

<http://www.jn.pt>

<http://jugular.blogs.sapo.pt>

<http://vermelhos.net/>